

## Mídia, tráfico e pobreza: quando os discursos sustentam e legitimam relações coercivas

Renan Kenji Sales Hayashi<sup>1</sup>

### Resumo:

O presente artigo aborda as questões da negritude, da pobreza e do tráfico de drogas em formações sociais urbanas brasileiras do século XXI, pelo espectro da análise discursiva crítica de dados. Tais questões não se configuram como novas dentro da realidade histórica e social da formação do povo brasileiro a partir do século XX; mas assumem contornos diferenciados se postas em relevo a partir de leituras de estudos do discurso e de dinâmicas socioculturais contemporâneas. Nesse sentido, essa investigação busca analisar materialidades linguísticas como forma de buscar indícios de práticas de coerção em morros cariocas. Analisaremos um *corpus* composto de uma reportagem e um documentário. Resultados preliminares apontam que, nas análises discursivas, as práticas de coerção de tráfico e violência aparecem legitimadas e sustentadas por discursos e práticas discursivas.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso Crítica; Discurso; Mídia.

### Abstract:

This article aims at discussing the issues of blackness, poverty and drug trafficking in Brazilian urban social formations of the XXI century, using the critical discourse analysis of data. These questions are not new in the historical and social reality of the formation of the Brazilian people during the twentieth century; but they assume different forms from readings of discourse studies and contemporary socio-cultural dynamics. Therefore, this research seeks to analyze linguistic materiality in order to seek evidence of coercive practices in Rio's hills. We analyze a compound of a report and a documentary corpus. Preliminary results indicate that, in the discursive analysis, traffic enforcement practices and violence appear legitimized and sustained by discourses and discursive practices.

**Keywords:** Critical Discourse Analysis; Discourse; Media.

Artigo recebido em: 20/10/2016

Aceito em: 19/12/2016

<sup>1</sup> Doutorando em Linguística Aplicada pela UNICAMP e bolsista da CAPES. Mestre em Linguística Aplicada pela UnB. Licenciado em Letras pela UnB. E-mail: renanhayashi@hotmail.com.

## Introdução

O presente ensaio aborda as questões do discurso da mídia brasileira sobre negritude, pobreza e o tráfico de drogas em formações sociais urbanas brasileiras do século XXI, pelo espectro da análise discursiva crítica de dados. Entendemos que tais questões não se configuram como novas dentro da realidade histórica e social da formação do povo brasileiro a partir do século XX. Contudo, pode-se dizer que essas assumem contornos diferenciados se postas em relevo a partir de leituras de estudos do discurso e de dinâmicas socioculturais contemporâneas.

Nesse sentido, trazemos uma reflexão sobre como as práticas sociais de violência e coerção podem estar vinculadas a discursos de legitimação e sustentação do tráfico de drogas como um poder paralelo ao campo de atuação do Estado brasileiro. Para tanto, partiremos dos estudos do discurso, dando especial relevo às perspectivas de teóricos como Foucault e Fairclough sobre a temática, lançando mão também de investigações sobre pobreza e negritude no Brasil. Posteriormente, apresentaremos algumas categorias de análise das materialidades linguísticas a partir das leituras da Análise do Discurso Crítica (ADC) e dos estudos sobre ideologia e cultura midiática moderna apresentados por Thompson (2009). O *corpus* é composto por duas fontes de dados: a) uma reportagem veiculada em 2008 uma emissora brasileira de televisão, cuja temática tratava da ação policial na tentativa de realizar as obras do governo federal em um morro carioca; b) um documentário de 1999 sobre pobreza, discriminação e o tráfico de drogas em uma favela brasileira.

Com efeito, objetivamos rastrear nas materialidades linguísticas traços de veiculação de discursos que podem legitimar práticas de coerção e manutenção de relações assimétricas de poder e violência. Ao longo do ensaio, buscaremos responder as seguintes perguntas: a) que tipo de relação é possível estabelecer entre discurso e práticas sociais nos contextos analisados? b) é possível identificar no *corpus* fragmentos de discurso que sustentam práticas sociais de coerção e violência? Se sim, de que forma?

Identificamos esse recorte como altamente relevante na realidade histórica e social do Brasil na atualidade, tendo em vista que, o tráfico de drogas tem se apresentado nas últimas décadas como um fato social, por uma leitura durkheimiana, pela maneira como seus contornos vêm se delineando. Nesse sentido, esse ensaio é uma investida na tentativa de compreender melhor esse fato. A seguir, iniciaremos pela seção que trata de estudos do discurso.

## Estudos do discurso

Silva (2013) pontua que o início dos estudos do discurso remonta as primeiras investigações sobre interação verbal, os quais foram empreendidos pelo Círculo de

Bakhtin, nas primeiras décadas do século XX, na Rússia czarista. Esse grupo deixou um grande legado de obras, que mais tarde, seriam caracterizadas como estudos linguísticos, tendo em vista a variedade de temática de abordagem sobre língua(gem), bem como a importância atribuída posteriormente às obras escritas pelos estudiosos do Círculo. O estudioso mais conhecido desse grupo foi Mikhail Bakhtin (1895-1975), cuja obra conceitua vários construtos importantes como dialogismo na língua(gem), os gêneros do discurso e a interação verbal por meio dos enunciados. Segundo Silva (2013, p. 49), o pensamento bakhtiniano parte da noção do enunciado concreto para tangenciar os demais construtos, sendo que aquele pode ser entendido como um todo formado pela produção material, seja ela verbal ou não-verbal, situado em seus contextos de produção, circulação e percepção. Nesse sentido, tanto o ato de organizar de maneira particular os elementos do sistema linguístico, portanto o processo de enunciar, quanto o ato em si de produção, ou seja, o produto final, são constitutivos do enunciado, sendo o processo e o produto enunciativos indissociáveis e intrínsecos.

À vista disso, tendo esses enunciados como concretos, faz-se necessários que pessoas levem a cabo esses atos, o que nos faz depreender que não existe enunciado concreto sem a figura de um interlocutor que desempenhe esses atos enunciativos. Disso decorre outro ponto fulcral da obra bakhtiniana, que é a noção de dialogismo da língua(gem). O dialogismo se fundamenta a partir da interação verbal, na qual a palavra parte de um atuante e se dirige a interlocutor, constituindo assim um momento de interação. Sobre isso, Bakhtin (2010) assevera que as relações dialógicas não se fundamentam a partir das unidades isoladas que compõem um língua(gem) – morfemas, unidades fonológicas, entre outros – tampouco de elementos tomados em sua faceta “puramente linguística” (p. 208). Com efeito, o dialogismo não pressupõe a visão dos enunciados por uma perspectiva puramente formalista, na medida em que “as relações dialógicas são extralinguísticas [...] não podem ser separadas do campo do *discurso* da língua como fenômeno integral concreto” (BAKHTIN, 2010, p. 209).

Por fatores extralinguísticos, a partir da leitura bakhtiniana, podemos depreender as posições sociais, as construções históricas e ideológicas, as condições de interação dos interlocutores, bem como o dialogismo de enunciados anteriores que possibilitam as condições de produção de novos e diversos outros enunciados. Na citação de Bakhtin (2010) acima, podemos encontrar, ainda que de maneira breve, uma menção sobre o conceito de discurso. Silva (2013) afirma que a contribuição de Bakhtin para os estudos do discurso está exatamente nessa percepção de que os enunciados concretos rompem as fronteiras meramente formais e linguísticas, demandando forças sociais, construções históricas e formações ideológicas aos estudos sobre a língua(gem). Contudo, Brait (2006) assevera que, embora não seja possível afirmar que Bakhtin tenha proposto o construto de discurso, da forma como, décadas mais tarde, a teoria da análise do discurso francesa concebeu, não se pode mitigar a relevância que sua obra tem para os estudos da língua(gem). À vista disso, o que

talvez Bakhtin tenha ensaiado em fazer, no que diz respeito à problematização da questão do discurso, Michel Foucault o fez com bastante propriedade, deixando uma vasta obra sobre discurso, poder, sexualidade e subjetividade.

Fischer (2013) pontua que a problematização de questões do discurso e da constituição dos saberes foi central na obra de Foucault. Em *A ordem do discurso* (2014 [1970]) Foucault aborda o discurso – por vezes também dito no plural – enfatizando seu caráter enquanto *prática*, na medida em que os discursos formam os objetos sobre os quais falamos, controlando-os, selecionando-os, organizando-os e redistribuindo-os por meio de procedimentos de verificação e por relações de poder (FOUCAULT, 2014, [1970]). Nesse momento do pensamento foucaultiano, o qual é tido por muitos como dividido em três fases – arqueológica, genealógica e ética – podemos entender o discurso como um conjunto de signos que, interconectados e interligados, compõem um sistema aberto que se pretende relevante para a *ordem* funcional de um imaginário social, no qual o discurso deixa de ser visto como um ordenamento de palavras e significados, para ser visto como um jogo de saber-poder que fixa saberes e detém os mecanismos para fixá-los. Com efeito, o discurso deixa de ser tido como um conjunto de representações, para ser aquilo pelo qual se luta, se busca, portanto, um objeto de desejo. Nas palavras de Foucault (2014, [1970], p. 10), podemos compreender que

[...] que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos podemos apoderar.

Tal definição, em certa medida, rompe com essa proposta de discurso como um conjunto de enunciados concretos, a exemplo da definição bakhtiniana, e avança em direção a uma problematização que entenda o discurso embebido de relações de poder, de formas de dominação de saber-poder, bem como instrumentos de verificação. Sobre o discurso, poderíamos discorrer abundantemente, em especial considerando a vasta obra de Foucault, sobretudo as obras da *A ordem do discurso* e *A arqueologia do saber* que, declaradamente, tratam da questão do discurso, mas considerando a limitação do espaço, nos abreviaremos focando, nesse momento, na referência que Foucault faz à psicanálise como via de explicação do desejo que se tenha pelo discurso como objeto.

Ao pensarmos em psicanálise, é natural que dois nomes nos venham à mente: Freud e Lacan. Contudo, cumpre-nos questionar: de que maneira os dois autores pensavam a linguagem e a questão do discurso? Para Freud, a psicanálise pode explicar e interpretar os lapsos de linguagem – chistes, esquecimentos, só para citar alguns – ao entender essas manifestações como formações do inconsciente, que (se) expressa, que (se) diz, importando que frequentemente o sujeito diga duas coisas que,

muitas vezes, são contraditórias entre si. Nesse sentido, o que Freud fez, ao longo de sua obra, foi produzir análises detalhadas de linguagem, envolvendo conhecimentos literários, filológicos e de tradução (MARIANI; MAGALHÃES, 2013).

Já Lacan, cerca de três décadas mais tarde, pontua a questão da linguagem e do discurso a partir de uma releitura de Freud, mas introduzindo questionamentos próprios de sua época. Semelhante a Freud, Lacan identificava nas formações do inconsciente as representações materializadas da linguagem, sendo que o inconsciente estruturado como uma linguagem. No tocante ao conceito de discurso, podem-se pontuar algumas ligeiras modificações no pensamento lacaniano no que que concerne a esse construto. Nas obras iniciais, Lacan (1998) apresenta o discurso como a manifestação efetiva da fala, em especial nos momentos de análise, contudo, posteriormente ao longo de sua vasta obra, Lacan assevera que o discurso é notadamente marcado pela alteridade, no qual o inconsciente é o discurso do Outro, um discurso que circula e que preexiste à entrada do sujeito no campo da fala e sua constituição subjetiva.

Já em seu seminário 17, Lacan pontua a questão do discurso como um laço social que deve ocorrer na instância do processo civilizatório, por meio do qual a linguagem organiza os padrões de comportamento e os vínculos possíveis organizados em torno de cinco tipos de discurso: do mestre, da histórica, do analista, universitário e capitalista. Nesse sentido, Lacan conclui que os laços na linguagem se estabelecem em quatro eixos: governar, desejar, educar e analisar (MARIANI; MAGALHÃES, 2013, p. 118). Interessante notar um ponto de conexão entre as teorias lacaniana e a foucaultiana, no tocante à conceituação do discurso, embora muitos estudiosos afirmem a impossibilidade de aproximar as duas obras. Conforme visto acima, em que Foucault pontua o discurso como o objeto do desejo, alvo de lutas pela busca de saber-poder, Lacan assevera-o como um organizador que possibilita relações de poder e governança, o reconhecimento de um suposto-saber que é capaz de ordenar os laços que existem, apregoando quem fala e quem cala, quem acha que pode e quem achar que quer poder, portanto, relações de desejo e poder. À vista disso, nesse recorte específico, podemos afirmar que exista um possível acercamento dos dois pensadores.

Destarte, a partir das leituras acima, é possível afirmar que a noção de discurso está intimamente ligada ao espectro do poder, como um instrumento pelo qual a veridicação e a constituição subjetiva são possíveis. Semelhante a Foucault e Lacan, que pontuaram o discurso e o poder como facetas necessariamente tangentes, Norman Fairclough, dentro da Análise do Discurso Crítica (doravante ADC), também assim os concebeu. Para o autor britânico, o discurso possibilita e é possibilitado pelas práticas sociais, nas quais o uso da linguagem dá sustentação para “reprodução e/ou transformação da sociedade e da cultura, incluindo-se as relações de poder. É aí que reside o poder do discurso; e é por isso que vale a pena lutar por ele” (WODAK; FAIRCLOUGH, 1997, p. 390). Vale ressaltar que Fairclough (2005) assevera duas definições

para a palavra *discurso*, sendo uma primeira em um nível mais abstrato, como um conjunto que aglutina todos os elementos semióticos de uma língua, sejam os signos linguísticos e não-linguísticos, os sons, gestos, imagens, etc. Já uma segunda definição de discurso descreve um potencial menos amplo, designando modos particulares de representações das práticas sociais que veiculam jogos de ideias que podem contribuir para construção de identidades sociais, posições de sujeito, relações sociais sistemas de conhecimento e crenças.

Essa segunda definição é particularmente interessante para o presente trabalho, tendo em vista que buscaremos analisar em materialidades linguísticas traços de representações de práticas sociais nas quais identidades sociais, raciais e de classe são veiculadas e de que forma essas materialidades se localizam dentro das práticas discursivas e das práticas sociais tendo o espectro do poder como um elemento importante de análise e interpretação.

## **Discurso (d)e negritude no Brasil: mediação e pobreza**

Stuart Hall (2006, p. 48) assevera que na pós-modernidade, a identidade é voltada para bases de localizar o sujeito em suas variadas identidades culturais, sendo que, a identidade nacional, a mais complexa em virtude de o sujeito dessa pós-modernidade experimentar um sentimento profundo de perda subjetiva em relação a sua identificação nacional, ou seja, sua relação com um atributo que poderia lhe conferir rastros de sua identidade. O referido autor ainda pontua que as identidades nacionais não podem ser vistas como atributos com os quais os sujeitos nascem, mas sim, que são instâncias que se formam e se transformam no interior das representações. Como exemplificação, Hall (2006, p. 49) descreve que só se pode pensar sobre o que significa ser um cidadão inglês, a partir do reconhecimento do modo como a “inglêsidade” é representada, sob um conjunto de significados e pela cultural nacional [dita] inglesa. Nesse sentido, o conjunto de significados atribuídos tem um caráter determinante sobre a definição de uma identidade cultural.

No interior do conjunto de representações, categorias como classe, raça, etnia, religião adquirem uma importância sobrecomum no sentido de determinarem as bases identitárias do sujeito. Sobre o conceito de raça, por exemplo, o autor jamaicano (2006) segue afirmando que definir uma identidade em torno do conceito de raça é tarefa árdua, uma vez que raça não é uma categoria biológica, nem tampouco genética, e sim uma “categoria *discursiva* [...] que organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, [...] como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro (HALL, 2006, p. 63). À vista disso, pensar em termos de raça é propor um estudo sobre uma categoria discursiva, muito mais do que uma proposta voltada para fatores genéticos. Dessa forma, ao tentar

abordar essa temática, entendemos que se deva, primeiramente, aproximar-se dos “sistemas de representação” que envolvem essa categoria, que em última instância, são marcados por fatores de classe, etnia, urbanidade, marcas históricas, etc.

Kehl (s/d)<sup>2</sup> incide sobre essas marcas simbólicas na tentativa de descrição da negritude de rappers brasileiros da periferia de São Paulo. A autora com essas “marcas simbólicas” (HALL, 2006, p. 63) a partir da conceituação da música que essa população tida como marginalizada e periférica produz como mecanismo de [auto] representação e contestação de identidades não reconhecidas pelos rappers. Kehl (s/d) parte do rap que eles produzem e tece análises de como as construções retóricas são oportunas para questionar a posição de classe subalterna que grande parte desses músicos, pobres, negros, marginalizados ocupam, bem como a autoimagem e o comportamento do negro pobre, que deve, por meio de um crescimento da sua consciência sobre sua condição, deve buscar deslegitimar essa posição que o colocaram e que historicamente ele permaneceu. Com efeito, para a autora a mensagem cantada por meio do rap do negro da periferia brasileira visa ressaltar que a dignidade do negro é constituída a partir da produção de um discurso, cujo lugar que o negro ocupe seja subversiva, portanto, não naturalizada.

Kehl salienta ainda que, embora o *rap* se apresente como uma marca simbólica contestação, ele não apresenta saída material alguma para a miséria. Portanto, as práticas coercivas criminosas, os malefícios do tráfico, o terror dos traficantes e a droga são fatores reais e existentes, que se apresentam aos jovens como possibilidades diante da falta de alternativas. Destarte, é razoável nos questionar: de que maneira esses fatores – o tráfico, droga, as práticas violentas – se apresentam para esse negro da periferia, a ponto de lhes constituir uma identidade que deseja subverter? De que maneira é possível rastrear esses elementos nas materialidades linguísticas de sujeitos pobres, negros e marginalizados nas organizações sociais brasileiras?

Com o intuito de responder essas questões, nesse momento, nos lançaremos em análises discursivas de materialidades linguísticas de sujeitos que, de alguma forma, estejam envolvidos nessas práticas sociais que constituem uma posição de marginalidade na sociedade brasileira e uma identidade subalterna que organiza os sujeitos a partir mecanismos de representação e categorização. Buscaremos indícios necessários para entender como essas práticas de coerção do tráfico e da violência são representadas em dizeres e de que maneira essas representações podem contribuir para a manutenção de: um conjunto maior de práticas sociais que perpetuam atos de violência e crime; bem como um discurso de coerção e legitimação do tráfico, sendo *discurso* aqui entendido no sentido mais restrito trazido por Fairclough (2005).

Para tanto, calcados nas bases da ADC, lançamos mão do aporte teórico de análise e categorização de dados de Thompson (2009) para as subseções de discussão que seguem. O *corpus* de análise é composto de duas fontes de dados:

<sup>2</sup> Trata-se do texto “As frátrias órfãs”, da psicanalista Maria Rita Kehl, obra que não apresenta data de publicação, nem editoração.

a) Reportagem da emissora Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) sobre obras do governo federal brasileiro em um morro do Rio de Janeiro. A matéria foi veiculada em 2008<sup>3</sup>;

b) Documentário nacional “Notícias de uma guerra particular” do diretor João Moreira Sales, produzido em 1999, também em um morro do Rio de Janeiro.

Para fins de análise, optamos por numerar os excertos retirados do *corpus*, identificando sua fonte a partir das inscrições [DOC] quando se tratar de dados provenientes do documentário acima e [REP] quando se tratarem de informações colhidas da reportagem de 2008 do SBT.

### **Análise das mídias e discussão: o que dizeres (im)possibilitam**

“As maneiras como atores sociais são representados em textos podem indicar posicionamentos ideológicos em relação a eles e suas atividades” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.106). Os atores sociais, assim como as tensões sociais travadas e negociadas entres estes dentro do espaço de representação discursiva, nem sempre aparecem de maneira explícita, podendo ser retratadas de maneira clara, mitigada ou com um espectro de ausente significativo.

Nesse sentido, a discursivização que os sujeitos identificados na reportagem como “traficantes” fazem sobre os policiais que entraram no morro carioca a pedido do governo brasileiro para dar início às obras dá a entender que a atuação dessas profissionais é violenta e, sobretudo, desrespeitadora para com os moradores. Pode ser vista, também, como uma atuação ilegítima, visto que a inclusão dos policiais nos textos, está sempre ligada a ações de cunho violento, truculento e acontecimentos de ocupação e de tomada de território, como nos exemplos a seguir:

- (1 - [REP]) qual é o motivo da **Polícia** ocupar a região?
- (2 - [REP]) Não tem necessidade de botar **Polícia** aqui dentro, não.
- (3 - [REP]) (...) se a **Polícia** entrar de alguma maneira...?
- (4 - [REP]) vai morrer **Polícia**, vai morrer bandido.

No trecho analisado, em todos os casos os policiais são categorizados segundo sua profissão e também pela forma de atuação, possibilitando efeitos de sentido que todos os policiais, sejam eles da esfera civil, militar ou federal têm o mesmo padrão de comportamento diante dos moradores do morro carioca. Essa generalização do comportamento dos policiais reflete, ao menos em parte, a visão que os moradores possuem daqueles como um grupo único e ameaçador. A representação de invasão que esses atores sociais – o grupo da Polícia brasileira – denota junto aos moradores sustenta um espectro de forte embate, na qual o morro é uma zona de conflito, ou

<sup>3</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=L20aQ96CX6g>, acesso em junho de 2016.

ainda, um território a ser conquistado pela força e pela dominação espacial.

No tocante à autorepresentação vazada pela materialidade linguística, os atores sociais identificados na reportagem como “traficantes” utilizam recursos de pronominalização e substantivação (THOMPSON, 2009) para se descreverem, ora como *nós*, ora como *bandido*:

(5 - [REP]) É **nós** mesmos que queremos fazer as obras na favela

(6 - [REP]) Vai morrer Polícia, Vai morrer **bandido** (...)

(7 - [REP]) Porque se ‘sai’ **nós** (...)

Nesse sentido, se por um lado, os ‘traficantes’ generalizam os policiais enquanto categoria profissional e como atores sociais de mesmo comportamento, os ‘traficantes’ também o fazem para si, quando discursivamente generalizam os diferentes atores envolvidos com o tráfico de drogas como *nós*, portanto, colocando todos em um mesmo grupo uno. Grupo esse construído, possivelmente, para contrapor a força que os policiais, como um grupo fechado, têm sobre os moradores do morro. Também é possível analisar essa generalização sob um viés de operação ideológica.

Segundo Thompson, unificação é a construção simbólica de uma unidade que conecta os indivíduos numa identidade coletiva, independente das possíveis diferenças e divisões que possam existir dentro do grupo, e que, potencialmente possam dissociá-lo (THOMPSON, 2009). Nesse sentido, é interessante notar que discursivamente, os ‘traficantes’ constroem uma identidade coesa e unificada para se imporem diante do invasor não legítimo – polícia. Os ‘traficantes’ se definem como ‘bandidos’ (excerto 6), em uma possível indicação de internalização e reprodução de um discurso hegemônico advindo do ambiente fora dos morros dominados pelo tráfico de drogas e práticas de coerção, pois dentro do espaço físico do morro, os <traficantes> se representam de uma forma diferenciada, e mais importante ainda, são representados de forma diferente pelos próprios moradores não identificados como ‘traficantes’. No excerto abaixo, de uma senhora identificada como Jane, moradora de um morro no qual ocorrem práticas de coerção e tráfico, a depoente representa socialmente os <traficantes> de forma modalizada, e até mesmo positiva.

(8 - [DOC]) A minha filha passa mal, assim, na madrugada, ou eu, entendeu? Ai, eu passei na farmácia, às vezes, eu levo um dinheiro, assim, pra poder comprar o remédio, mas o remédio é o triplo daquilo que eu tô na bolsa. Ai, eu chego lá no **Movimento**. “Minha filha tá doente, eu preciso (...)”, “Cadê a receita?”, “Tá aqui.”, “Me dá” daqui a meia hora o remédio “tá” chegando. (...)

O contexto maior, do qual foi tirado este excerto, refere-se ao acontecimento em que a moradora Jane foi pedir aos ‘traficantes’ um medicamento que ela, sem condições financeiras, não poderia comprar. Esse fato revela que os ‘traficantes’ já possuem força social consolidada, a ponto da moradora em momento de emergência,

não cogitar a possibilidade de ir ao sistema público de saúde, um direito garantido pelo Estado brasileiro, e recorrer diretamente a essa figura do ‘traficante’ e obter retorno tempestivo às suas necessidades. Isso fato pode indicar que, de alguma forma, a figura do ‘traficante’ pode estar preenchendo a lacuna que outrora era ocupado pelo Estado.

A escolha por representar os ‘traficantes’ como um movimento (excerto 8) também pode ser posta em relevo à luz dos modos de operação da ideologia preconizados por Thompson (2009). O *movimento*, a que Jane se refere, esconde uma forte relação de dominação entre o sujeito social ‘traficante’ e o sujeito social ‘morador’, ou nas categorias de Thompson (2009) está presente uma dissimulação. Dissimulação ocorre quando relações de dominação são ocultadas ou obscurecidas por uma forma que desvia nossa atenção, ou passa por cima de relações de dominação existentes. Dentro do modo de operação da ideologia dissimulação, pode-se localizar esse trecho acima na estratégia de eufemização, em que ações de dominação são valoradas positivamente.

Já a representação dos ‘traficantes’ pelos próprios, que em princípio se apresentava de forma coesa, mais à frente na reportagem, apresenta uma cisma da representação dos atores sociais que antes era em torno do «nós” abrangendo todos e, a certo ponto, se bifurca em ‘nós’ (atuais ‘traficantes’) e os ‘outros’ (possíveis substitutos). Essa bifurcação pode ser vista na seguinte passagem do texto:

(9 – [REP]) Porque se ‘sai’ **nós**, ‘vai’ entrar **outros** e a bala vai comer do mesmo jeito (...).

O que pode ser depreendido dessa cisma é que diante da atuação coercitiva da Polícia na região dos morros cariocas, a coesão do grupo é necessária para impor e demonstrar força que esse poder concorrente exerce na região diante de um poder tido como descredibilizado e enfraquecido, em um segundo momento, esse grupo, outrora coeso, se divide em: atuais e potenciais sucessores. Essa noção de sucessão de poder trazida pelos/para os próprios ‘traficantes’ e, discursivamente representada em *nós* e os *outros*, sugere que o Estado brasileiro se ausentou de tal maneira a ponto dos moradores do morro se organizarem em torno de uma figura, que tomou para si as atribuições de Estado, e é eleita, legitimada e substituída por eles mesmos sem quaisquer tipos de interferências por parte do Estado brasileiro. O ‘traficante’ que concedeu a entrevista a qual é alvo de análise neste trabalho, não representa diretamente sua visão sobre o Estado, mas ele a faz indiretamente, por uma representação em segundo momento, insinuada pelo processo de pronominalização ‘eles’:

(10 – [REP]) **Eles** estão querendo usar as obras de habeas corpus para querer acabar com o tráfico (...).

A análise do contexto permite inferir que o mencionado ‘traficante’ se refere ao Estado nacional brasileiro, pois a referência anterior havia sido sobre a Polícia enquanto instituição, não cabendo, sintaticamente, a pronominalização ‘eles’. Outro aspecto que permitir concluir que estão se referindo ao Estado é, pois, o objeto de ação do sujeito ‘eles’: as obras do PAC. Nesse sentido, os policiais não realizam as obras, sendo, portanto, papel do Estado instituir as obras na região do morro. É interessante também pontuar a representação, que os ‘traficantes’ têm como atores sociais, em oposição ao grupo da Polícia. No excerto analisado, os chefes do morro introduzem um elemento de negação ‘ninguém’ para se representarem como sujeitos que não realizam determinada ação que lhes é, geralmente, atribuída.

(11 – [REP]) **Ninguém** aqui mata trabalhador, **ninguém** vai roubar material aqui(...).

## A racionalização de práticas de coerção

Ao analisar o excerto da moradora Jane novamente, pudemos visualizar outra categoria de análise, que se volta para justificativas valoradas positivamente para a existência de práticas de coerção no âmbito dos morros cariocas. Nessa etapa é interessante notar a forma como ela constrói a representação de ator social arraigada a elementos materiais com os quais os ‘traficantes’ se constituíram como tal, a partir de elementos como ‘tóxico’, referente às drogas, ‘armas’ como elemento mediador - e o ‘tráfico’ como forma de ação.

(12 – [DOC]) O **tráfico**, de um lado melhorou (...)

(13 – [DOC]) (...) essas ‘**arma**’ (sic) quando entraram na comunidade, através do **tóxico**(...)

Da análise dos excertos é possível verificar a ausência significativa do elemento humano, em que o ator social envolvido no tráfico de drogas é coisificado pela sua atividade – *tráfico* – pelo material com o qual ele lida – *arma* – pelo instrumento de imposição e legitimação de seu poder na região que ele age coercivamente. Nesse sentido, verifica-se que os moradores podem estar evitando sistematicamente a nomeação ‘traficante’, escolhendo formas alternativas eufêmicas para representação de tais atores sociais. Uma norma consuetudinária parece haver nos morros cariocas e é representada discursivamente, na medida em que falar sobre a figura do traficante parece ir contra a norma coerciva e contra os padrões estabelecidos no morro. A moradora também representa os ‘traficantes’ por pronominalização em mais dez casos no excerto analisado. Entretanto, a maneira mais representativa em que ela coloca os ‘traficantes’ é trazendo a noção de filiação destes com o ambiente e com as tensões sociais ocorridas no morro, indicando uma relação de pertença:

(14 – [DOC]) (...) que tá sabendo que essa nova **geração, essa geração, essa juventude, eles** têm o espírito suicida (...).

Nesse sentido, a legitimação de atuação desses atores sociais é advinda dessa suposta filiação que eles, enquanto moradores, possuem com a comunidade, ou seja, o ‘traficante’ como filho legítimo da região, além de filiações com gerações anteriores. Isso mostra uma possível causa que possa estar a serviço da instauração e da legitimação dos ‘traficantes’ como um Estado concorrente ao brasileiro e que, em última instância, aparece como um veículo de práticas coercivas.

## Metáfora de guerra e a existência de fronteiras

“Os significados de palavras e a lexicalização de significados não são construções individuais, são variáveis socialmente construídas e socialmente contestadas, são ‘facetadas’ de processos sociais e culturais mais amplos” (FAIRCLOUGH, 2005, p. 256). Nesse sentido, a escolha lexical do ‘traficante’ na reportagem pode revelar muito sobre a situação de embate entre um poder público desacreditado e um poder concorrente cada vez mais fortalecido e legitimado. A partir da análise dos vocábulos usados na reportagem, é possível perceber uma alta densidade de elementos que remetem a um cenário de guerra ou ainda da atividade criminosa generalizada, como são os casos dos excertos a seguir:

(15 – [REP]) Qual o motivo de (...) **ocupar região**?

(16 – [REP]) Ninguém aqui **mata** trabalhador, ninguém aqui vai **roubar** material.

(17 – [REP]) Não tem necessidade de **botar** a Polícia **aqui dentro**, não.

(18 – [REP]) (...) para querer **acabar** com o **tráfico**.

(19 – [REP]) (...) se a Polícia **entrar** de alguma maneira...?

(20 – [REP]) A **bala vai comer**. Vai **morrer** polícia, vai **morrer** bandido.

O uso constante de vocábulos com conotações de guerra sugere que há, de fato, uma situação de guerra, na qual a polícia do Estado tenta entrar e se impor em um território que, na visão dos ‘traficantes’ e da comunidade, não lhes é mais legítimo. Na medida em que já há um governo concorrente, com poder e força social consolidada, há a noção de soberania do território que vai até os limites físicos do morro. Há um tipo de código consuetudinário entre os moradores, que lhes foi imposto pelo poder, bem como a noção de fronteira entre asfalto e morro que fica bem evidente com o uso de léxicos como «entrar», «ocupar», «aqui dentro», além de sugerir a metáfora de guerra. Essa pressuposição de uma fronteira é confirmada pela metáfora espacial do tipo continente/conteúdo quando ele usa em *aqui dentro* (excerto 17). Mais à frente, o ‘traficante’ se utiliza de um significado de palavra que reitera a visão de Fairclough (2005) de que o significado das palavras é, sobretudo, um construto social:

(21 – [REP]) Eles estão querendo usar as obras de *habeas corpus* para querer acabar com o tráfico (...).

Ao usar o termo jurídico *habeas corpus*, o ‘traficante’ descola o termo do seu sentido original, canônico e o recontextualiza, agregando toda uma sorte de significados polissêmicos que não estavam abarcados no sentido original. Aqui, ele pode ser tratado como significando ‘justificativa’, ‘pretexto’, ‘estratégia’ ou ainda outros significados que não foram devidamente apreendidos, na medida em que a real asunção de valores e a projeção da instância da enunciação do enunciário (BARROS, 1988, p.73) são desconhecidas. Entretanto, pode-se inferir também que o termo *habeas corpus* esteja significando *permissão de entrada*. Se couber essa interpretação, a noção de fronteira e de espaços fragmentados é reforçada e reiterada confirmando, pois, a metáfora de guerra.

## A racionalização do herói do tráfico

Nos excertos do documentário em análise, tal como na reportagem, a densidade de elementos que remetem a metáfora de guerra é igualmente alta. Contudo, o significado de palavra naquele texto está a serviço da construção de uma identidade próxima da visão de herói de guerra:

(22– [DOC]) Eles não querem saber se vão morrer ou vão matar (...)

(23– [DOC]) Eles querem defender a comunidade (...).

Nesse sentido, fica evidente a defesa que a moradora faz da atuação dos ‘traficantes’ pela escolha lexical. Isso poder abrir precedentes para a legitimação dos chefes dos morros e dos atores sociais envolvidos no tráfico de drogas de agirem de forma violenta e desmedida, na medida em que essa prática e forma de atuação são respaldadas pelos próprios moradores. Prova disso pode ser vista se analisarmos o mesmo discurso da moradora pelo viés dos modos de operação de ideologia de Thompson (2009). No discurso de Jane, há pelo menos dois modos preconizados pelo autor supracitado: a legitimação pela racionalização e a reificação por naturalização:

(24 – [DOC]) O tráfico de um lado melhorou; (...) porque antes de existir o tráfico, a Polícia entrava na favela (...) metendo o pé na porta (...) e já vinha quebrando tudo, (...) então essas ‘arma’ (sic) fez com que eles ... Polícia ‘entrasse’ (sic) com mais cautela (...) é o lado bom das armas.

(25 – [DOC]) Porque antes do tráfico existir (...)

(26 – [DOC]) Essas armas quando entraram na comunidade (...).

No excerto número 24, a moradora se utiliza da racionalização em sua fala e

“constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações de dominação como dignas de apoio” (THOMPSON, 2009, p.82/83). Nesse sentido, é possível verificar a situação parcial que os moradores se colocam diante da dicotomia Polícia/Tráfico, posicionando-se a favor dos atores sociais envolvidos com o tráfico de drogas e os legitimando. Já nos números 25 e 26, a ideologia do discurso de Jane pode ser posta em relevo segundo o modo da reificação e naturalização, segundo o qual “os processos são retratados como coisas (...) de um tipo quase natural, de tal modo que seu caráter social e histórico é eclipsado” (THOMPSON, 2009, p. 87).

### **Mitigação: Modalização epistêmica e redução da força ilocutória**

Nesta última subseção, será abordado o tema da mitigação, como mecanismo de diminuição da tensão comunicativa e redução da força ilocutória em uma prática discursiva. Na análise linguístico-discursiva foi possível desvelar algumas representações que indicavam a presença de relações sistematicamente assimétricas (THOMPSON, 2009), bem como representações que contribuíam para sustentar e legitimar práticas de coerção perante atores sociais envolvidos com o tráfico de drogas e ‘traficantes’ como figuras de Estado.

Nesse momento, trataremos sobre a modalização como recurso de abrandamento da força locutória. A modalidade epistêmica reduz por parte do falante o grau de comprometimento com a verdade que está sendo enunciada. À vista disso, é possível observar tal modalidade no seguinte excerto:

(27 – [REP]) eles estão querendo usar as obras de *habeas corpus* para querer acabar com o tráfico, coisa que é **quase** impossível nesse mundo.

Ao utilizar o modalizador ‘quase’, o ‘traficante’ enfraquece a força ilocutória de uma afirmação que, potencialmente, poderia ser categórica. Ao dizer *quase impossível*, ele reduz o risco para ele, preservando sua face enquanto falante, com o fato do tráfico ser, atualmente, difícil de ser dissociado, mas não impossível. Ao fazer isso, ele abre precedentes para uma possível interpretação de que, assim como toda hegemonia é instável (RESENDE; RAMALHO, 2006) o tráfico como fato social generalizado e coercivo também tem suas falhas e brechas, por onde pode vir a reviravolta e a desconstrução desse paradigma de dominação e coerção sobre a população civil e sobre os moradores dos morros cariocas da atualidade.

### **Considerações Finais**

Esse ensaio buscou analisar materialidades linguísticas como forma de rastrear indícios de práticas de coerção em morros cariocas que apresentam o tráfico de dro-

gas como realidade presente e impositiva. Analisamos um *corpus* composto de uma reportagem e um documentário. Para fins de discussão, lançamos mão das categorias de Thompson (2009) e Fairclough (2005). Resultados apontaram que, nas análises discursivas, as práticas de coerção de tráfico e violência aparecem legitimadas e sustentadas por discursos e práticas discursivas pelos próprios sujeitos às voltas com o tráfico de drogas ou que vivenciam esse fato social de maneira diuturna.

O tráfico de drogas, atualmente, se configura em algumas formações urbanas brasileiras como um fato social durkheimiano, visto que tem sua atuação generalizada nos morros e sendo exterior aos moradores, se configura como coercivo por excelência. Aqueles que não aderem voluntariamente, ou mesmo involuntariamente, a esse fato social podem sofrer sanções. Entretanto, essa força coerciva que os ‘traficantes’ exercem, e mais ainda, esse poder que eles tomaram para si não é absolutamente maciço e sem falhas. Ao admitir que seja “quase impossível” acabar com o tráfico, sem afirmar categoricamente que é impossível, o próprio ‘traficante’ reconhece que há algum tipo de possibilidade de reversão.

Nesse sentido, o tráfico, e questões advindas dele, não são tal qual Althusser preconiza aparelhos ideológicos hermeticamente fechados, nos quais o sujeito não tem condições de reagir e modificar a situação vigente. Pelo contrário, ele abre precedentes para uma mudança, em que nessas brechas é possível encaixar um discurso contrahegemônico; já que a linguagem, o social, os objetos e os sujeitos sociais (RESENDE; RAMALHO, 2006, p.18/19) são constituídos pelo discurso, mantendo uma relação dialética, que pode estar a serviço da mudança completa de paradigma. Esse fato reforça a ideia de discurso, intrinsecamente, ligado à sociedade.

Dessa forma, pode-se pensar em mudanças sociais advindas de, entre outras coisas, de mudanças de discursos. Contudo, não é possível pensar em mudança paradigmática sem pensar na posição dos moradores das regiões às voltas com o tráfico de drogas, ou seja, sem pensar na posição do agente. Quem oferece resistência é um sujeito, valendo-se de sua condição enquanto agente de sua própria ação (RAJAGOPALAN, 2002, p. 204).

Com este ensaio não desejamos abranger todas as variáveis complexas que estão relacionadas ao contexto que aqui investigamos. Contudo, dada a importância dessa temática, entendemos como altamente relevante investir sobre esse recorte, dada a projeção nacional e internacional que episódios de violência e o poder do tráfico de drogas oportunizam com frequência, colocando moradores e, em última instância, a sociedade brasileira em situação de vulnerabilidade e perigo. Com efeito, procuramos entender esse fato social pela perspectiva da análise discursiva crítica de dados. Esperamos ter atingido o objetivo aqui proposto, bem como suscitar novas pesquisas sobre a temática.

## Referências

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Trad. de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BARBEIRO, H.; CANTELE, B.; SCHNEEBERGER, C. **História: de olho no mundo do trabalho**. São Paulo: Scipione, 2005.
- BARROS, D. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. São Paulo: Atual, 1988.
- BUARQUE, C. **O que é Aparição: o 'apartheid' social no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BOURDIEU, P. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006.
- COSTA, C. **Sociologia: Introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. Teoria social do discurso. In: FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2005.
- FISCHER, R. Foucault. In: AMARAL, L. **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Editora Parábola, 2013. Pp. 123-152.
- FONSECA JR, G. **A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre nações**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FRIEDMAN, T. **O mundo é plano: uma breve história do século XXI**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade** (11ª. Edição). São Paulo: DP&A, 2006.
- KEHL, M. As frátrias órfãs. **Estados gerais da psicanálise**. Disponível em: <<http://>

[www.estadosgerais.org/historia/57-fratrias\\_orfas.shtml](http://www.estadosgerais.org/historia/57-fratrias_orfas.shtml)>. Acesso em: 11 de julho de 2016.

LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

MARIANI, B.; MAGALHÃES, B. **Lacan. Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Editora Parábola, 2013. Pp. 101-122.

RAJAGOPALAN, K. Teorizando a resistência. In: SILVA, D.; VIEIRA, J. **Análise do discurso: percursos teóricos e metodológicos**. Brasília: Editora UnB, 2002.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, A. Bakhtin. In: AMARAL, L. **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Editora Parábola, 2013. Pp. 45-70.

THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação em massa**. Petrópolis: Vozes, 2009.

WODAK, R.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse as Social Interaction**. London: Editora Sage, 1997. Pp. 258-284.